



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Senhor Wilson Filho)

Requer a realização de uma Audiência Pública nesta comissão, para discutir as ações de prevenção às gestantes bem como o acompanhamento necessário às crianças infectadas durante a gestação e os principais focos de proliferação do vírus Zika, além do atendimento demandado por aquelas crianças sem sinais ou sintomas indicativos de anormalidade, mas nascidas de mães que tiveram suspeita ou confirmação da Zika durante a gestação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário, que esta comissão externa destinada a acompanhar as ações referentes à epidemia de Zika vírus e à Microcefalia, realize uma Audiência Pública nesta comissão, para discutir as ações de prevenção às gestantes bem como o acompanhamento necessário às crianças infectadas durante a gestação e os principais focos de proliferação do vírus Zika, além do atendimento demandado por aquelas crianças sem sinais ou sintomas indicativos de anormalidade, mas nascidas de mães que tiveram suspeitas ou confirmação da Zika durante a gestação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

JUSTIFICATIVA

O alto índice de proliferação da Microcefalia bem como os problemas oculares podem não ser as únicas consequências do vírus Zika em bebês ainda na barriga. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o vírus foi detectado no ano passado, na região das Américas, onde se propagou de maneira explosiva. Com isso, a instituição teme o registro de três a quatro milhões de casos apenas nas Américas.

Estes vírus são classificados como um flavivirus – animais invertebrados, como mosquitos e carrapatos que mordem os seres humanos e, em seguida, transmitem várias doenças, como dengue e febre amarela, entre outras. Não há registro de nenhum tratamento disponível atualmente para ajudar a prevenir a propagação do Zika vírus, o que implica na tomada de medidas extremas para evitar o aumento da transmissão e doenças desagradáveis, salientando a grande importância da prevenção sobre o atual problema.

Atualmente, foram notificados casos em 23 países e territórios na região e o nível de alerta é extremamente alto. Segundo Marcos Espinal, diretor de Doenças Comunicáveis e Análise de Saúde da OMS, o nível de emergência é alarmante, e os países não podem esperar para agir, pois a epidemia pode se propagar ainda mais.

É preciso ter o controle de vetores agressivos neste país, onde o mosquito e a população não haviam sido expostos a esse vírus, e por esse motivo, a baixa imunidade. Na capital paraibana não é diferente: João Pessoa concentra 50,4% dos casos notificados de microcefalia no Estado, são 125 registros de casos suspeitos. Tal informação é do segundo boletim epidemiológico da doença divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES).



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

O Estado já notificou, até a data de hoje, 248 casos suspeitos de microcefalia, conforme informado pelo Ministério da Saúde, gerando aumento exponencial de casos por dias corridos. Segundo esse tipo de detecção, 91% das notificações foram de recém-nascidos que se enquadram na definição de casos suspeitos, e as demais foram de gestantes, cujo fetos tiveram seus diagnósticos através de exames de ultrassonografia.

Vale ressaltar que a maioria dessas notificações foram realizadas com base apenas na medida do perímetro cefálico (PC) igual ou inferior a 33 cm, independentemente de a mãe relatar os sinais ou sintomas de doenças infecciosas durante a gravidez, além de exames complementares. João Pessoa, município com maior número de casos suspeitos, também foi o que mais revisou prontuários, realizando busca ativa retrospectiva nos atendimentos das matérias públicas.

Pela gravidade e importância acima mencionada, devido ao grande índice e proliferação do vírus Zika no estado da Paraíba e, relevantemente, no município de João Pessoa, contamos com o apoio dos nobres parlamentares, membros da Comissão Externa destinada a acompanhar as ações referentes à epidemia de Zika e à Microcefalia, para a aprovação deste requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, de março de 2016.

Deputado WILSON FILHO
PTB/PB